



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
"Trabalhando para todos"



PARECER JURÍDICO Nº 111/2021

EMENTA: PARECER JURÍDICO FINAL. CARTA CONVITE. LEGALIDADE DO PROCESSO LICITATÓRIO. EMBASAMENTO LEGAL ARTIGO 22 DA LEI Nº 8.666/93. ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PARA ATENDER AS SECRETÁRIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS/RR.

Vieram os autos do procedimento licitatório à esta Assessoria Jurídica, para fins de análise jurídica da legalidade do processo licitatório, cujo objeto aquisição de material de limpeza, para atender as secretárias municipais do município de Rorainópolis/RR.

O procedimento adotado é o correto e atende aos andamentos, princípios e diretrizes da Lei nº 8.666/93.

Conforme se denota da Ata da Sessão de Julgamento das Propostas de Preços, estiveram presentes os concorrentes, ZAQUEU JOSE DE SOUZA, E C ANDRADE & CIA LTDA, SILVA COMÉRCIO EIRELLI escolhida a proposta do licitante, **ZAQUEU JOSE DE SOUZA**, que apresentou o menor preço.

Os documentos foram devidamente apresentados e sua veracidade verificada pela Comissão Permanente de Licitação.

Do exposto, restrita aos aspectos jurídicos - formais, tendo em vista a conformidade da Carta Convite nº 022/2021 com a lei licitações, esta Assessoria Jurídica opina favoravelmente a homologação.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
"Trabalhando para todos"



É o parecer!

Rorainópolis – RR, 11 de maio de 2021.


Cleber Silva Veras
Assessor Jurídico
OAB/RR 2173



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



PARECER CONTROLADORIA GERAL 072/2021

PROCESSO Nº: 050/2021

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento - SEMGEP

MODALIDADE: Carta convite nº 022/2021

DATA DA ABERTURA: 25/02/2021

OBJETO: Aquisição de Material de Limpeza, para atender as Secretarias Municipais do Município de Rorainópolis-RR.

Inicialmente, deu-se a abertura regular do processo, uma vez que consta a autorização do Chefe do Executivo, com a definição clara do objeto a ser adquirido/ou prestado os serviços e a sua destinação devidamente fundamentada, com as especificações de quantidade, unidade e espécie, conforme observa-se do termo de referencia/ou projeto básico, o qual encontra fundamento legal no artigo 6º, Incisos III e IX da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

É de suma importância ressaltar que o objeto a ser licitado, qual seja: **Aquisição de Material de Limpeza, para atender as Secretarias Municipais do Município de Rorainópolis-RR**, visando atender a **Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento do Município de Rorainópolis/RR**, encontra-se inserido na Lei Orçamentária Anual conforme consta nos autos do processo em tela.

Outrossim, frisa-se que foi realizada pesquisa de mercado com pelo menos três fornecedores do ramo pertinente, apresentando os indispensáveis elementos técnicos que preceitua as normas legais da matéria em tela

É importante salientar que o presente procedimento licitatório atendeu ao artigo 38 da Lei 8.666/93 em seu paragrafo único, uma vez que as minutas do edital e do contrato foram analisadas previamente pela Procuradoria Municipal, sendo identificados todos os requisitos necessários como: a definição satisfatória do objeto, a identificação do local, as exigências de habilitação, critérios de aceitação das propostas, sanções de inadimplemento, condições para participação na licitação, procedimentos para recebimento e abertura dos envelopes das propostas de preços, estabelecimento para o critério e procedimento de julgamento das propostas, procedimento para a interposição de recursos, prazo para apresentação das propostas não foi inferior a 05 dias uteis contados a partir da entrega da

Rua. Pedro Daniel da Silva, nº 051 – Centro – CEP: 69.373-000-Rorainópolis-RR.

Fone: (95) 3238-1807 – Site: <http://www.rorainopolis.rr.gov.br/>

E-mail: prefeituraderorainopolis_rr@hotmail.com





ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Carta Convite e publicação do aviso, minuta do contrato, tendo sido adotado a modalidade CARTA CONVITE, tipo MENOR PREÇO, tudo com supedâneo legal na Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

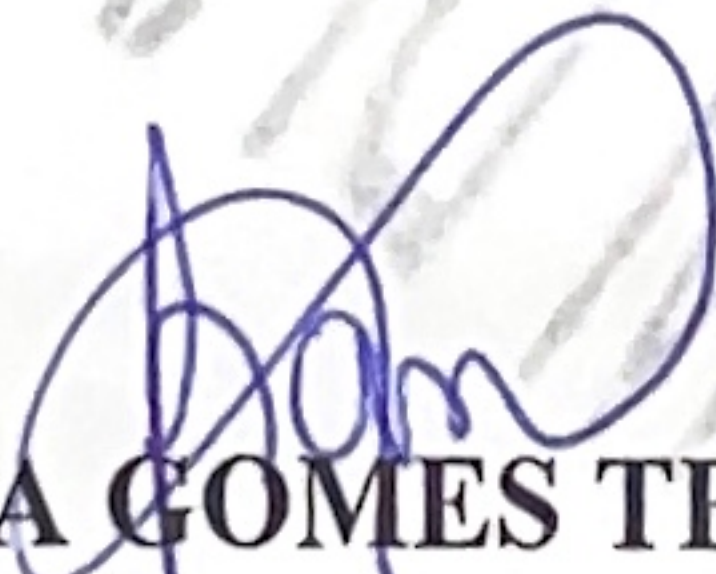
Diante do exposto, e de toda a documentação acostada aos presentes autos, tendo em vista o princípio da legalidade, cumprindo desta maneira mais efetivamente o princípio que norteia os atos administrativos, RECOMENDAMOS para NOTA DE EMPENHO do objeto licitado em favor da empresa: **ZAQUEU JOSÉ DE SOUZA - ME**, inscrito sob o **CNPJ: 21.870.539/0001-71**, com fundamento no procedimento estabelecido na Lei 8.666/93 e suas alterações.

Recomendamos ainda que seja dada publicidade conforme determina o Art. 21 da Lei 8.666/93, §1º, aos atos administrativos expostos neste processo, em razão do princípio da publicidade.

Assim, requer o prosseguimento do processo licitatório.

É o parecer

Rorainópolis - RR, 17 de Maio de 2021.


FRANCILDA GOMES TEIXEIRA
Controladora Geral do Município
Decreto nº 016/2021





ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
"Trabalhando para todos"



PARECER JURÍDICO Nº 110/2021

EMENTA: PARECER JURÍDICO. ANÁLISE DA MINUTA DA CARTA CONVITE E TERMO DE CONTRATO. OBJETO: EMBASAMENTO LEGAL ARTIGO 22 DA LEI Nº 8.666/93. ASSUNTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA, PARA ATENDER AS SECRETÁRIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS/RR.

Vieram os autos do processo licitatório à esta Assessoria Jurídica nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/199, para fins de análise jurídica da legalidade dos textos das minutas da Carta Convite e do Termo de Contrato.

A noticiada Carta Convite possui como objeto aquisição de material de limpeza, para atender as secretárias municipais do município de Rorainópolis/RR.

Encontram-se os autos instruídos, dentre outros, com os seguintes documentos:

- a) Ofício/SEMGEPI nº003/2020, que solicita a contratação de empresa para a realização do evento;
- b) Termo de Referência, aprovado pela autoridade;
- c) Pesquisa de mercado;
- d) Planilha comparativa de preços;
- e) Autorização para a realização de licitação objetivando a contratação;
- f) Declaração de Adequação Orçamentária;
- g) Portaria de designação da Comissão Permanente de Licitação;
- h) Minuta da Carta Convite;
- i) Despacho da Presidente da Comissão de Licitação, encaminhado os autos à Assessoria Jurídica.



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
"Trabalhando para todos"



É o que há de mais relevante para relatar.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Tal modalidade de licitação encontra-se disciplinada pela Lei nº 8.666/93 nos seguintes termos:

Art. 22. São modalidades de licitação:

III - convite;

§ 3º Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade Administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

§ 6º Na hipótese do § 3º deste artigo, existindo na praça mais de 3 (três) possíveis interessados, a cada novo convite, realizado para objeto idêntico ou assemelhado, é obrigatório o convite a, no mínimo, mais um interessado, enquanto existirem cadastrados não convidados nas últimas licitações. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 7º Quando, por limitações do mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção do número mínimo de licitantes exigidos no § 3º deste artigo, essas circunstâncias deverão ser devidamente justificadas no processo, sob pena de repetição do convite.

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - Para obras e serviços de engenharia: (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

a) convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);
(valor atualizado decreto n.º 9.412, de 18-6-2018).

II - Para compras e serviços não referidos no inciso anterior:



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
"Trabalhando para todos"



a) convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

(valor atualizado decreto n.º 9.412, de 18-6-2018):

§ 5º É vedada a utilização da modalidade "convite" ou "tomada de preços": conforme o caso, para parcelas de uma mesma obra ou serviço, ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, sempre que o somatório de seus valores caracterizar o caso de "tomada de preços" ou "concorrência", respectivamente, nos termos deste artigo, exceto para as parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoas ou empresas de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994).

Depreende-se dos autos, pois, que a licitação em questão amolda-se na disciplina legal acima transcrita. O exame desta procuradoria se dá nos termos da Lei subtraindo-se análise que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentaria, considerando a delimitação legal de competência do cargo.

Em face de disposição legal, a licitação na modalidade convite destina-se a interessados que pertençam a ramo de atividade pertinente ao objeto a ser licitado, que poderão ou não ser cadastrados no órgão que promover o certame, tendo como principal exigência o convite feito pela Administração.

Como pressuposto desta modalidade, temos que para a sua validade será necessário haver pelo menos três convidados para o certame. O alerta que se faz com relação a essa escolha é que ela deverá ser efetuada visando sempre ao princípio da supremacia do interesse público e não de interesses individuais, sob pena de se caracterizar um desvio de finalidade.

Sublinhe-se que a presente apreciação restringe-se ao atendimento das exigências legais do processo em comento, a serem apreciadas após parecer preliminar constante nos autos.

Assim, embasado no art. 38 da lei nº 8.666/93, verifico que foi obedecida à legislação aplicável ao convite, no que cabe analisar, a fase externa foi concluída em conformidade com



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
"Trabalhando para todos"



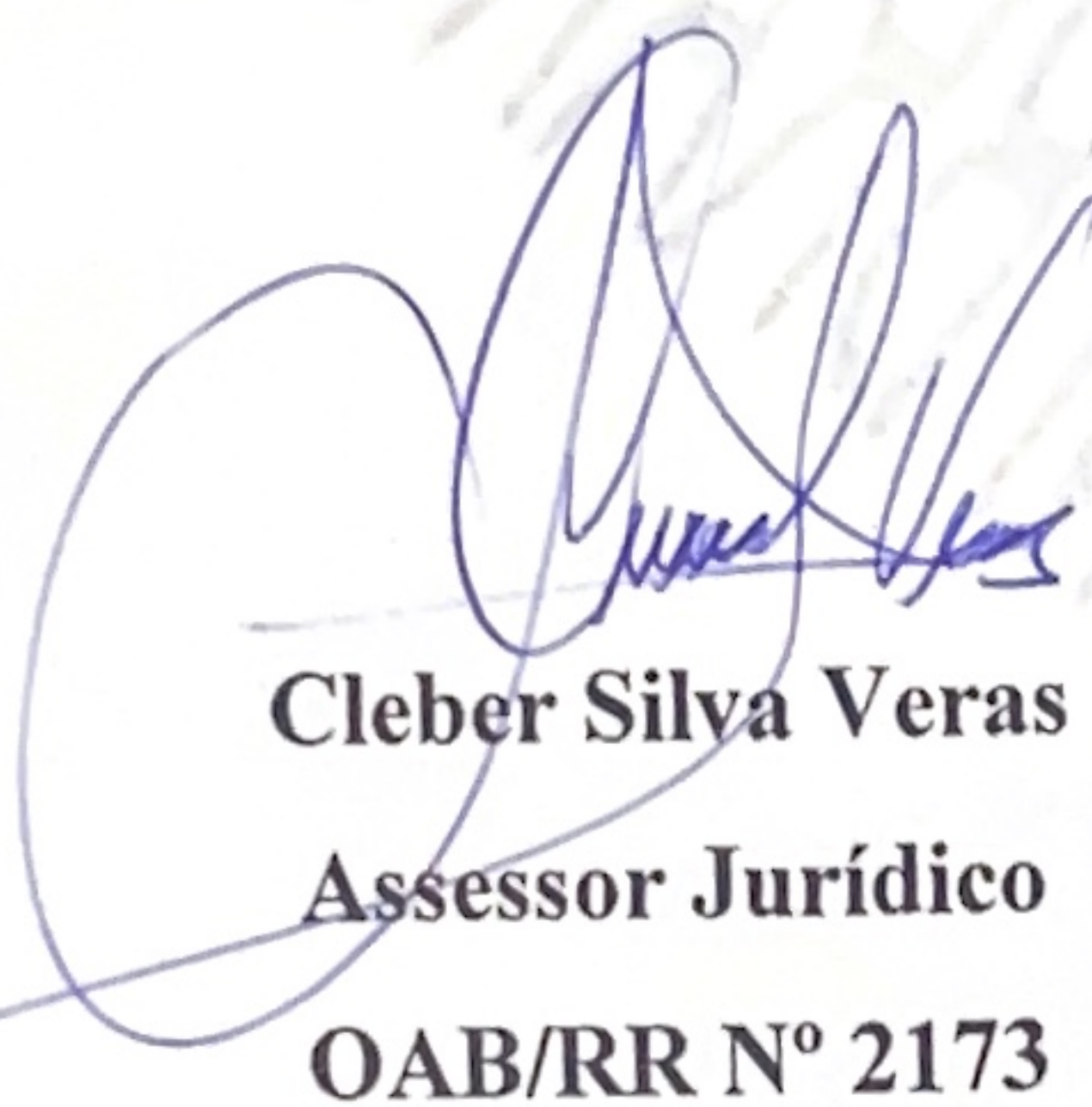
o disposto na lei nº 8.666/93, e diante da inexistência de interposição de recurso, esta o procedimento apto à homologação.

III - DA CONCLUSÃO

Do exposto, restrita aos aspectos jurídico-formais, tendo em vista a conformidade do Convite com a lei licitações, esta Assessoria Jurídica opina favoravelmente pela ao edital da Carta Convite e Termo de Contrato.

É o parecer

Rorainópolis – RR, 29 de abril de 2021.



Cleber Silva Veras
Assessor Jurídico
OAB/RR Nº 2173